

REPORTAGEM ESPECIAL

FERNANDO DIAS/DIVULGAÇÃO/JC



Pequenas e médias propriedades vêm se destacando na indústria de base florestal, impulsionadas por programas de fomento desenvolvidos por empresas do segmento

Agricultura familiar ganha espaço na produção florestal

Ageflor aposta no crescimento da participação dos pequenos e médios produtores no plantio de madeira

Ana Esteves
Especial para o JC

A participação da agricultura familiar no contexto da indústria de base florestal tende a aumentar nos próximos anos, graças aos programas de fomento desenvolvidos pelas indústrias de base florestal associadas da Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor), que promovem e subsidiam a atividade nas pequenas propriedades.

“Os programas de fomento oferecem diferentes modelos de remuneração, com contratos indexados ao preço do quilo do boi, aos grãos ou a valores monetários fixos. Isso garante uma

receita mínima ao produtor e mais segurança no desenvolvimento da atividade”, afirma o vice-presidente adjunto da Ageflor, Ruter Disarz.

Para o executivo, a pulverização da participação das pequenas e médias propriedades na atividade é fundamental para que haja condições de abastecer as indústrias e, junto com isso, gerar renda, trabalho, conservação ambiental e maior segurança em tempos de mudanças climáticas.

“Num cenário de instabilidade climática, a silvicultura traz uma maior salvaguarda para o produtor, pois se trata de uma atividade perene, de baixo risco para os principais intempéries, onde o produtor pode ter uma garantia de produção, de produtividade e hoje uma garantia de comercialização dos seus produtos, sendo que é uma rentabilidade com a preservação do meio ambiente e um desenvolvi-

mento local das atividades com geração de emprego e desenvolvimento regional”, avalia Disarz.

Embora algumas vezes associada a impactos ambientais, a silvicultura pode desempenhar papel importante na recuperação de áreas degradadas e na proteção do solo quando desenvolvida de forma sustentável. Os impactos negativos estão associados, em geral, a práticas inadequadas de cultivo.

Em termos médios, para cada um hectare plantado há outro hectare conservado, vinculado a áreas de preservação permanente, reserva legal, remanescente de vegetação nativa, tanto florestal como campestres. “O mercado do carbono é um potencial e o Brasil vem caminhando nesse sentido, visando normatizá-lo. Entendemos que nos próximos anos será possível mensurar rendas extras para a atividade”.

Os agricultores familiares po-

dem se inserir na cadeia de base florestal de diversas maneiras, tanto atuando de forma independente, como para a indústria de energia, na geração de biomassa, de cavaco, de lenha, na indústria de processamento de madeira sólida, para a indústria de serrarias, madeira serrada para móveis, para construção civil, pode também trabalhar nas indústrias de painéis de madeira e para indústria da celulose.

Para Disarz, a atividade oferece versatilidade comercial e ganhos de competitividade. “O produtor pode atender diferentes mercados e, quando está próximo de uma indústria de base florestal, obtém vantagem logística e econômica”, afirma. O mercado de carbono também desperta o interesse de produtores e indústrias florestais. Em muitas propriedades, a área preservada supera a destinada à silvicultura, o que pode abrir espaço para futuros ganhos relacionados à

conservação ambiental.

O executivo acrescenta que um dos principais entraves da participação da agricultura familiar na silvicultura é o acesso a linhas de crédito específicos para essa atividade de longo prazo, que podem levar de sete a 20 anos para ter resultado. Isso requer um grande fluxo de caixa nos anos iniciais e que muitas vezes, para a agricultura familiar, é um grande complicador.

“Não há linhas de crédito com juros acessíveis ou linhas subsidiadas pelo governo para que os produtores da agricultura familiar possam fazer esse investimento, para que possam fazer um aporte inicial sem comprometer outras atividades”, afirma. É justamente aí que os programas de fomento vêm auxiliar, mas, segundo Disarz, políticas públicas seriam fundamentais, principalmente de acesso a crédito subsidiado para atividade florestal na agricultura familiar.